

Kissinger no banco dos réus?

Pedro Aires Oliveira

O jornalista Christopher Hitchens quer aproveitar o precedente criado pelo “caso Pinochet” para convencer um magistrado a abrir um processo contra Henry Kissinger por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Mas será o seu requisitório minimamente convincente?

Henry Kissinger levado a tribunal por crimes de guerra e crimes contra a humanidade? Apesar do cenário parecer absolutamente fantástico (seria a primeira vez que tal sucederia a um Prémio Nobel da Paz!), esse é o objectivo declarado do mais recente livro do jornalista britânico Christopher Hitchens. Colunista das revistas *Nation* e *Vanity Fair*, Hitchens é também autor de uma mão-cheia de ensaios sobre assuntos e figuras tão variadas quanto os Mármores Elgin, a história de Chipre, a Monarquia Britânica, James Callaghan, Madre Teresa de Calcutá, Karl Marx e a Comuna de Paris, e Bill Clinton. Aquilo que confere coerência à sua dispersão é o gosto pela provocação e a adopção de pontos de vista que desafiam a “sabedoria convencional”, numa tradição radical que tem no romancista Gore Vidal o seu expoente máximo. O seu último alvo, Henry Kissinger, praticamente dispensa apresentações. Figura proeminente da política externa norte-americana durante as administrações Nixon (1969-1974) e Ford (1974-77), Kissinger é certamente uma das figuras mais controversas do nosso tempo.

Para os mais conservadores, Kissinger possui muitas das qualidades que definem um estadista de excelência: erudição, sobriedade, frieza, sentido prático, realismo. Numa altura em que a sociedade americana se encontrava profundamente dividida em relação ao seu compromisso no Vietname, e em que as exigências da política de “contenção” da União Soviética pareciam cada vez mais incompreensíveis para uma parte significativa da opinião pública norte-americana, Kissinger chegara na hora exacta. Mau grado as suas impecáveis credenciais anticomunistas, o antigo professor de Harvard nunca escondeu o seu cepticismo em relação à sensatez de uma política externa demasiado militante do ponto de vista ideológico, precisamente o tipo de política que conduziu os EUA ao impasse na Indochina. No seu entender, os EUA tinham de se conformar com a ideia de que nem sempre os seus esforços para combater a influência do comunismo através de uma propagação do seu modelo de sociedade seriam bem compreendidos e aceites, e que a paz e a estabilidade internacionais seriam mais facilmente alcançadas por via de um sistema de equilíbrio entre os dois blocos da Guerra Fria, um pouco à maneira do que sucedera com as grandes potências europeias após o Congresso de Viena.

Para os observadores liberais e de esquerda, porém, o nome de Kissinger evoca menos a política de abertura à China, a détente com a URSS, os acordos de paz de Paris de 1973, e a mediação do conflito israelo-árabe, mas, fundamentalmente, a cobertura fornecida por Washington a diversos regimes, conspirações e golpes militares pouco respeitadores dos direitos humanos, o prolongamento desnecessário da guerra do Vietname e o bombardeamento “estratégico” de países neutrais na Indochina, como o Laos e o Camboja. Obcecado com o “declínio” do poder global dos Estados Unidos, Kissinger é acusado por estes sectores de ter sacrificado a componente ética e liberal da política externa americana em benefício de uma lógica de poder nua e crua. Em Portugal, mau grado o relativo sucesso alcançado pelo seu opus magnum, *Diplomacia* (Gradiva, 1995), a reputação de Kissinger está definitivamente mais associada a esta “lenda negra”, o que em larga medida se explica pelo seu envolvimento na tragédia de Timor-Leste (de resto,

não mencionada uma única vez nas mais de 4000 páginas dos seus três volumes de memórias).

Que novidades nos traz então o ensaio Hitchens em relação a esta “reliquia” da Guerra Fria? Na verdade, muito poucas. É certo que o autor pôde beneficiar da recente desclassificação de documentos que atestam o envolvimento directo de Kissinger num dos episódios mais sórdidos da política externa da administração Nixon, a desestabilização da democracia chilena entre 1970 e 1973, mas tanto este como outros episódios foram já dissecados em vários livros, nomeadamente em *The Price of Power: Kissinger in the Nixon White House* (1983), de Seymour H. Hersh e *Kissinger: a Biography* (1991), de Walter Isaacson.

Na realidade, *The Trial of Henry Kissinger* não é nem um livro de história nem um ensaio interpretativo da política externa dos anos Nixon/Kissinger. É, sim, como o próprio título indica, um panfleto polémico redigido com o intuito de inspirar um magistrado norte-americano a abrir um processo contra o antigo Secretário de Estado e Conselheiro Nacional de Segurança por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Publicado originalmente em duas partes na revista *Harpers*, o ensaio de Hitchens surge depois do sensacional “caso Pinochet” e um pouco antes da extradição de Slobodan Milosevic para a Holanda, em Julho de 2001, a fim de ser julgado no Tribunal de Haia para os crimes da ex-Jugoslávia – ou seja, surge num contexto em que a “imunidade soberana” dos poderosos é posta em causa pela ideia de uma “jurisdição universal” relativa a ofensas contra os direitos humanos. Para vencer as reservas dos que temem a substituição do primado da soberania por um princípio de justiça selectiva (afinal de contas, Pinochet e Milosevic são déspotas reformados ou caídos em desgraça), os campeões da “jurisdição universal” terão, na opinião de Hitchens, de enfrentar um teste exigente: o julgamento de um alto responsável daquela que é a nação mais poderosa do mundo e, também, uma das que mais se orgulha da correcção dos seus procedimentos judiciais e das suas tradições liberais.

Se praticamente todas as figuras de proa da administração Nixon se sentaram no banco dos réus e cumpriram penas de prisão, ou sofreram uma punição política exemplar, então qual o sentido de deixar impune um homem como Kissinger, que entre 1969 e 1977 supervisionou todas as iniciativas relevantes da política externa americana (incluindo as controversas operações clandestinas da CIA) e nunca foi importunado pela justiça? Hitchens propõe-se dar uma ajuda à “causa” apresentando uma espécie de libelo dirigido contra Kissinger. No seu requerimento, ele tem o cuidado de distinguir entre aquilo que designa como acções “moralmente condenáveis” (por exemplo, o irresponsável incitamento à revolta dos curdos iraquianos contra Saddam Hussein em 1975, a cobertura diplomática ao regime do apartheid na África do Sul e à ditadura do Xá do Irão, o apoio à UNITA em Angola) e acções que, à luz da Carta de Nuremberga e outras convenções internacionais, constituem verdadeiros crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outras ofensas graves à lei comum e à lei internacional, incluindo conspirações para raptar, assassinar e torturar cidadãos inocentes. Seguindo este critério, Hitchens chega então a uma lista com os seguintes delitos:

- O massacre deliberado de populações civis na Indochina. É talvez a acusação mais grave de todo o livro, e baseia-se no facto de durante a campanha presidencial de 1968, Kissinger, então um membro da equipa que assistia ao presidente Johnson nas recém-abertas conversações de paz com os vietnamitas em Paris, ter passado informações secretas sobre a estratégia diplomática da Casa Branca ao staff de Nixon. Este teria então abordado os responsáveis sul-vietnamitas, sugerindo-lhes que, caso fosse eleito, lhes garantiria um acordo

melhor do que aquele que o candidato democrata, Hubert Humphrey, tinha para lhes oferecer. O truque surtiu efeito, mas a verdade é que a guerra se arrastou por mais 5 anos e a dupla Nixon/Kissinger acabaria por celebrar um acordo de paz em tudo semelhante ao que os democratas tinham em mente em 1968. Como consequência deste prolongamento da guerra, e do bombardeamento maciço dos “santuários” vietcong no Laos e Cambodja, 20 mil soldados americanos e um número não calculado de civis da Indochina perderam a vida (a estimativa do sub-comité para os refugiados do Senado norte-americano aponta para um número próximo dos 3 milhões de mortos).

- A cumplicidade activa no genocídio perpetrado no Paquistão Oriental (depois Bangladesh), em 1971, pelas forças do regime militar do general Yahya Khan, um autocrata cortejado por Washington com o objectivo de complicar a vida à União Indiana, que por sua vez mantinha uma relação de rivalidade com a República Popular da China, com quem os Estados Unidos estavam prestes a iniciar conversações, 22 anos depois do corte de relações entre Pequim e Washington.
- A conspiração para assassinar um oficial de um país democrático, o Chile, com quem os Estados Unidos não estavam em guerra. Trata-se do rapto e assassinato do general René Schneider, o chefe do Estado Maior chileno que se recusava a interferir no processo de confirmação de Salvador Allende (o vencedor das eleições presidenciais de Setembro de 1970), por um grupo de militares de extrema-direita financiados e armados pela CIA.
- O envolvimento pessoal no plano para assassinar o chefe de Estado cipriota, o arcebispo Makarios, que se opunha ao projecto de unificação da ilha de Chipre com a Grécia congeminado pelos Coronéis Gregos e pelos extremistas gregos cipriotas da EOKA. Makarios conseguiu escapar ileso da tentativa de assassinato, mas o golpe militar da EOKA de Julho de 1974, abençoado por Washington, foi a gota d’água que precipitou a intervenção militar turca, da qual veio a resultar a constituição do “Estado Federado Turco” no Norte da ilha e a efectiva divisão de Chipre, situação que ainda hoje se mantém.
- O incitamento ao genocídio em Timor-Leste, na sequência da “luz verde” concedida ao regime de Suharto para avançar com a ocupação militar da antiga colónia portuguesa, em 7 de Dezembro de 1975, poucas horas depois do Air Force One que transportava Ford e Kissinger ter descolado de Jakarta. O balanço trágico dessa intervenção, que Kissinger esperava ver rapidamente esquecida (à semelhança do que sucedera com a anexação de Goa pela União Indiana em 1961), é por demais conhecido: aproximadamente 200 mil timorenses terão perecido no decurso da brutal ocupação indonésia, a qual pôde contar com a complacência da administração Ford em relação ao uso de armamento norte-americano contra populações civis.
- Finalmente, o envolvimento pessoal de Kissinger num plano para raptar e assassinar o jornalista e dissidente político grego exilado em Washington D. C., Elias P. Demetracopoulos, que num depoimento ao Congresso norte-americano denunciara as contribuições financeiras de figuras ligadas à ditadura militar de Atenas para a primeira campanha presidencial de Nixon, uma prática expressamente proibida pela legislação norte-americana.

São de facto acusações graves. Mas serão suficientemente consistentes para sustentar uma acção criminal contra Kissinger? Para um adepto da causa da justiça e da lisura de processos, Hitchens é no mínimo desleixado na forma como apresenta o seu caso. Ao

longo do livro, os factos são narrados com uma boa dose de imprecisão (há um enorme desleixo em relação a datas, por exemplo) e os documentos citados sem indicação da respectiva fonte. Bibliografia final e notas de rodapé não existem. Mas esta até talvez nem seja a principal fragilidade da obra. Para além da complexidade jurídica que a questão encerra (e que os juristas poderão avaliar com maior pertinência do que os historiadores), há uma interrogação que Hitchens, sintomaticamente, nunca aborda: qual o sentido de julgar um antigo responsável de um Estado de direito cujos actos foram já objecto de um escrutínio rigoroso por parte de outros órgãos de soberania, designadamente o Congresso norte-americano? Um responsável político que, não obstante o seu imenso poder e influência, actuava às ordens de um presidente democraticamente eleito que tinha a palavra final nas decisões mais relevantes nos domínios da segurança nacional e da política externa.

Para mais, é bom não esquecer que Kissinger actuou num contexto histórico específico, a Guerra Fria, um conflito entendido pela maioria das pessoas nos EUA e no Ocidente como uma luta entre o Bem e o Mal em que por vezes era necessário recorrer a aliados de reputação moral duvidosa para que a causa da liberdade prevalecesse (aliás, tal como sucedeu na II Guerra Mundial, com a aliança entre as democracias ocidentais e a URSS). O problema de Kissinger é que, com demasiada frequência, o seu pragmatismo, métodos furtivos e gosto pela flexibilidade táctica o levaram a negligenciar o sempre delicado equilíbrio entre meios e fins, ou a desprezar os constrangimentos constitucionais inerentes à condução da política externa. Sucede porém que Kissinger não é um caso isolado na história da Guerra Fria. Se a lógica de Hitchens fosse levada até às suas últimas consequências, então qual o sentido de absolver outros altos responsáveis norte-americanos (da administração Kennedy, por exemplo, há ainda alguma gente viva) e, sobretudo, os antigos apparatchiks da URSS e de outros países do antigo Bloco de Leste (Mikhail Gorbachev, por exemplo, poderia ter de enfrentar acusações graves relativas à actuação do Exército Vermelho na Lituânia em 1991)? Um julgamento solitário de Kissinger seria pois um estranho posfácio na história da Guerra Fria. Um período que, como a leitura da obra de Hitchens nos recorda, não deverá deixar saudades a ninguém. Nem depois do 11 de Setembro.